

Agronegócio e meio ambiente nas eleições municipais de 2024: as propostas dos candidatos a prefeito em municípios em região de expansão da fronteira agrícola

Leonardo Santa Inês¹
ORCID: 0000-0003-4796-7529

Resumo: Este trabalho examina de que maneira eventos climáticos extremos influenciam as eleições municipais em regiões de fronteira agrícola no Brasil. Para isso, apresenta os resultados de um estudo empírico que investigou os principais temas e a forma como meio ambiente e agricultura foram tratados por candidatos a prefeito, tanto no Instagram quanto nos programas de governo, nas duas maiores cidades da Bacia do Rio Corrente (oeste da Bahia) durante o pleito de 2024. A pesquisa utilizou análise de conteúdo como metodologia, e o marco teórico abordou a atuação política do agronegócio no país, a presença da pauta ambiental no debate público e o uso do Instagram em campanhas eleitorais. Os achados apontam para a predominância do modelo de desenvolvimento associado ao agronegócio nas propostas dos candidatos, a escassa menção à agenda ambiental e diferenças claras entre os temas enfatizados nas postagens de redes sociais e nos documentos programáticos.

186

Palavras-Chave: Agronegócio. Eleição municipal. Instagram. Meio ambiente.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFGM) e Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arte, Comunicação e Cultura (ArtCom/UFOB). E-mail: leoinescunha@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6810782440791373>

Abstract: This paper examines how extreme climatic events influence municipal elections in agricultural frontier regions in Brazil. It presents the results of an empirical study that investigated the main themes and how environment and agriculture were addressed by mayoral candidates, both on Instagram and in government programs, in the two largest cities of the Rio Corrente Basin (western Bahia) during the 2024 election. The research used content analysis as its methodology, and the theoretical framework discussed the political role of agribusiness in the country, the presence of the environmental agenda in public debate, and the use of Instagram in electoral campaigns. The findings point to the predominance of a development model associated with agribusiness in candidates' proposals, the limited attention given to environmental issues, and clear differences between the topics emphasized in social media posts and in programmatic documents.

187

Keywords: Agribusiness. Municipal election. Instagram. Environment.

Resumen: Este trabajo examina cómo los eventos climáticos extremos influyen en las elecciones municipales en regiones de frontera agrícola en Brasil. Presenta los resultados de un estudio empírico que investigó los temas principales y la forma en que el medio ambiente y la agricultura fueron abordados por los candidatos a alcalde, tanto en Instagram como en los programas de gobierno, en las dos ciudades más grandes de la cuenca del río Corrente (oeste de Bahía) durante las elecciones de 2024. La investigación empleó el análisis de contenido como metodología, y el marco teórico abordó el papel político del agronegocio en el país, la presencia de la agenda ambiental en el debate público y el uso de Instagram en las campañas electorales. Los hallazgos señalan la predominancia de un modelo de desarrollo asociado al agronegocio en las propuestas de los candidatos, la escasa atención a las cuestiones ambientales y diferencias claras entre los temas enfatizados en las publicaciones en redes sociales y en los documentos programáticos.

188

Palabras clave: Agronegocio. Elección municipal. Instagram. Medio ambiente.

Introdução

No ano de 2024, houve um número recorde de focos de incêndio no Pantanal, Cerrado e Amazônia, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Esses eventos alteraram as paisagens locais e as rotinas das pessoas nas regiões afetadas, que passaram a conviver com a fumaça no horizonte, e com seus impactos na saúde e no cotidiano. Mas, afinal, quais questões são abordadas nas eleições em áreas de fronteira agrícola, que são diretamente afetadas pelos impactos ambientais do agronegócio como, por exemplo, as queimadas? As preferências e as campanhas eleitorais dessas regiões são influenciadas por eventos climáticos extremos ou isso é apenas um desejo de jornalistas, pesquisadores e ativistas dos grandes centros urbanos?

Este estudo analisa a eleição municipal de 2024 na bacia do Rio Corrente, que faz parte do MATOPIBA, uma área de expansão da fronteira agrícola, onde predomina o bioma do Cerrado, com a presença de empreendimentos que utilizam intensivamente tecnologia e que têm um histórico de conflitos agrários, nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O objetivo foi identificar os principais tópicos apresentados pelos candidatos e como economia, emprego e meio ambiente foram discutidos nos municípios de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, importantes centros (econômicos?) da região.

Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo (Maia *et al.*, 2025) de caráter exploratório, com o *corpus* composto por: a) os programas de governo dos candidatos; b) postagens no Instagram sobre propostas e ações realizadas. A coleta abrangeu o período oficial da campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 05 de outubro de 2024, incluindo os materiais de campanha dos quatro candidatos a prefeito que participaram das eleições nos dois municípios. Os candidatos se apresentaram como pertencentes a diferentes grupos políticos, de partidos e coligações que ocupavam diferentes posições no espectro ideológico.

Este artigo é estruturado em três partes. Primeiramente, discute eleições, redes digitais, a agenda ambiental e o efeito do agronegócio em processos políticos. Em seguida, apresenta e analisa os resultados preliminares da análise de conteúdo sobre as propostas dos candidatos nas eleições municipais de 2024 nos municípios selecionados. Por fim, sugere considerações sobre os resultados e contribuições para uma agenda de pesquisa acerca de meios digitais, eleições e agronegócio.

A organização política do agronegócio e seu impacto no debate público brasileiro

O agronegócio ultrapassa sua função estritamente econômica e exerce influência em múltiplos âmbitos da vida pública brasileira. Sua presença política — em grande parte organizada e potencializada pela bancada ruralista — amplamente organizada e impulsionada pela bancada ruralista — é tema recorrente na cobertura jornalística e na produção acadêmica. No entanto, permanecem questões centrais: como os atores políticos locais abordam o setor e seus efeitos em áreas de fronteira agrícola? Quais assuntos são percebidos pelas candidaturas como capazes de gerar visibilidade e engajamento entre eleitores nas plataformas digitais? Para embasar a análise empírica, realizamos um levantamento crítico da bibliografia sobre o agronegócio e sua articulação política, mapeando também a configuração do debate público em torno das questões ambientais e os aportes teóricos sobre o uso de redes sociais em campanhas eleitorais.

O agronegócio e sua presença em processos político-eleitorais

A trajetória da agricultura no Brasil está profundamente entrelaçada com a história do país. Aqui, focamos no agronegócio como um fenômeno contemporâneo e destacamos alguns traços de sua atuação política, conforme a literatura consultada. Pompeia (2020) propõe o conceito de concertação política para caracterizar essa atuação: uma coalizão organizada entre diversos interesses privados e agentes do setor público, marcada por elevada institucionalização e regularidade nas interações. Por meio de dispositivos de convergência — como associações de produtores, consórcios setoriais, frentes parlamentares e outras instâncias corporativas — os diversos atores negociam e relativizam suas diferenças para promover uma ação coletiva capaz de assegurar acesso a recursos financeiros e técnicos, mobilizar a opinião pública e produzir respostas coordenadas a conflitos variados, incluindo litígios fundiários e questões socioambientais. É importante destacar que a concertação não implica homogeneidade absoluta: existem dissensos internos e posições divergentes entre os diferentes segmentos do setor. No campo ambiental, por exemplo, coexistem posturas negacionistas em relação ao aquecimento global e, ao mesmo tempo, posições que defendem medidas concessionais visando o acesso a mercados internacionais, como o controle do desmatamento e metas de descarbonização econômica (Pompeia, 2023).

Em relação ao discurso público, essa concertação tende a promover um enquadramento que resguarda interesses estratégicos do agronegócio, privilegiando um léxico e símbolos favoráveis (termos como produtor, commodity, agro) e contrapondo-os a agentes e paradigmas politicamente adversos, como a agroecologia e a agricultura familiar.

A pauta ambiental no debate público

A crise climática e os problemas decorrentes da degradação ambiental não têm sido abordados com a profundidade e a efetividade necessárias por diferentes governos e arranjos institucionais — inclusive em democracias consolidadas — ao redor do mundo. Willis, Curato e Smith (2022) identificam quatro fatores estruturais que ajudam a explicar esse fracasso: as assimetrias de poder nos processos de tomada de decisão; o papel limitado de especialistas e cientistas na formulação de políticas públicas; a dificuldade das democracias representativas em incorporar perspectivas, valores e demandas de grupos sociais minoritários; e a forma como a temporalidade dos ciclos políticos e decisórios tende a subestimar impactos de médio e longo prazo. Além disso, mesmo dentro da esquerda partidária, persiste uma ênfase em agendas desenvolvimentistas em detrimento de propostas mais ambiciosas de sustentabilidade (Todt; Madeira, 2024).

Mota e Mendonça (2022) contribuem para essa discussão ao evidenciar que, em processos deliberativos, diferentes atores vivenciam temporalidades distintas: atores econômicos e lideranças políticas, por um lado, e comunidades tradicionais e movimentos sociais, por outro, assimilam e respondem em ritmos diversos frente a grandes projetos de desenvolvimento. Esse descompasso temporal influencia diretamente as mudanças de pauta observadas em contextos como o do oeste da Bahia. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990, os problemas ambientais e agrários eram fortemente abordados por instituições como a Comissão Pastoral da Terra e sindicatos rurais, atualmente, tende a prevalecer um discurso que celebra o agronegócio como motor de emprego e progresso econômico. Paralelamente, as discussões sobre os efeitos da degradação ambiental recuaram na visibilidade pública, apesar dos impactos sobre cursos d'água, flora e fauna, dos recuos ou estagnação em indicadores de desenvolvimento humano e da persistência de conflitos fundiários.

Vianna e Vasconcelos (2025) propõem um histórico das políticas ambientais no Brasil e destacam as décadas de 1980 e 1990 como períodos de impacto para a pauta municipal, resultado da pressão internacional e da emergência de pressões sociais. Da mesma forma, Silva e Cabral (2018) apontam uma intensificação na apresentação de projetos sobre o tema na Câmara dos Deputados nestes anos.

Entretanto, nas primeiras décadas dos anos 2000, o meio ambiente ainda não se consolidou como um tema de destaque na esfera política municipal. Alves, Almeida e Bucci (2022) identificaram uma presença bastante limitada dessa agenda nas campanhas de municípios de diferentes perfis (pequenos, médios e grandes). Analisando o contexto de Porto Velho, onde a presença agropecuária representa um ponto de tensão para a preservação e a sustentabilidade, Vianna e Vasconcelos (2025) apontam uma presença limitada da agenda ambiental na pauta municipal, especialmente em um cenário de baixo interesse do executivo sobre o tema. Assim, a agenda ambiental representa, no âmbito municipal, uma (anti)pauta de baixa presença no debate público, apesar das necessidades locais associadas à temática.

Instagram e programas de governo em campanhas eleitorais

As campanhas eleitorais em regiões onde o agronegócio é uma atividade econômica relevante refletem as formas hegemônicas e os conflitos presentes no debate sobre o setor e a pauta ambiental. As lideranças políticas em disputa buscam se posicionar diante de grupos de interesse e eleitores, e os conteúdos divulgados em diferentes formatos dialogam com as múltiplas abordagens dos temas que circulam na sociedade.

Cassavana e Massuchin (2023) sugerem que as redes sociais permitem a adoção de estratégias específicas para administrar a visibilidade dos candidatos, com maior controle sobre o conteúdo publicado, podendo até se contrapor à cobertura da mídia tradicional. O Instagram, em particular, possui características que favorecem seu uso por candidatos: o foco na imagem, o formato conveniente e ágil para produção de conteúdo a partir de dispositivos móveis, o rápido engajamento e a possibilidade de compartilhamento em outras plataformas (Turnbull-Dugarte, 2019).

Em um ambiente midiático como o da Bacia do Rio Corrente, essas possibilidades são ainda mais estratégicas. Dado que a região carece de veículos relevantes de jornalismo profissional, as redes sociais se constituem como um dos poucos recursos midiáticos disponíveis para promover uma imagem pública e difundir ideias e propostas.

Em suma, a literatura consultada aponta para uma relação complexa entre poder econômico, repertórios discursivos e instituições políticas, que favorece a capacidade do agronegócio de influenciar agendas eleitorais e moldar o debate público sobre meio ambiente. Compreender como essas dinâmicas se manifestam nas interações digitais — onde candidatos e movimentos experimentam estratégias de comunicação e mobilização — é crucial para mapear como pautas ambientais são reconfiguradas, apropriadas ou silenciadas em contextos eleitorais, especialmente em regiões de fronteira agrícola onde os interesses em disputa são particularmente agudos.

A bacia do Rio Corrente nas eleições municipais de 2024

Com o objetivo de identificar quais temas eleitorais e quais abordagens sobre agricultura e meio ambiente são mobilizados em regiões de fronteira agrícola, examinamos de forma detalhada as publicações dos candidatos no Instagram, e as propostas inscritas nos programas de governo nas eleições municipais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Esses dois municípios compõem o principal núcleo urbano da Bacia do Rio Corrente e foram escolhidos por representarem contextos locais onde a expansão agropecuária convive com disputas por recursos naturais e por visões divergentes de desenvolvimento.

193

Sobre a região e seus pleitos municipais

A Bacia do Rio Corrente integra um dos treze territórios de identidade definidos pelo Governo do Estado da Bahia — uma divisão administrativa utilizada para planejar e implementar políticas públicas regionais. Situada no oeste baiano, a região faz divisa com os estados de Minas Gerais e Goiás e tem a atividade agrícola como seu principal motor econômico, com destaque para os cultivos de algodão e de grãos e pecuária que se expandiram nas últimas décadas. Esse processo de expansão produtiva vem acompanhado, historicamente, por conflitos agrários e

por controvérsias socioambientais, sobretudo relacionadas ao acesso e à gestão dos recursos hídricos da bacia.

Apesar da relevância econômica do agronegócio local, os indicadores sociais dos municípios permanecem baixos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado é de 0,614 para Santa Maria da Vitória e 0,639 para São Félix do Coribe — valores que revelam defasagens em educação, renda e longevidade quando comparados a médias regionais e nacionais. Santa Maria da Vitória é a cidade mais populosa do território, com 40.467 habitantes segundo o censo do IBGE de 2022, e situa-se na margem oposta de São Félix do Coribe, do outro lado do Rio Corrente, que os separa fisicamente e socioeconomicamente.

As disputas eleitorais municipais em ambas as cidades tomaram a forma de embates claros entre candidatos vinculados às administrações locais incumbentes e adversários de oposição. Em termos de alinhamentos partidários e coligações, observou-se o seguinte: em Santa Maria da Vitória, o prefeito Tonho de Zé de Agdônio (União Brasil) liderou uma coligação que incluiu PL, DC e PRD; seu principal concorrente, Leo Visão (PSD), apresentou candidatura em aliança com AVANTE, PT, PCdoB e PV — configurando um bloco oposicionista com forte vínculo público ao grupo político do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). Em São Félix do Coribe, Toni de Dalmir (PP), que contou com apoio do União Brasil na composição de sua coligação e do então prefeito Xepa, saiu vitorioso sobre Zenúbia (PSB), cuja chapa agregou MDB, AVANTE, Podemos, PT, PCdoB, PV, PDT e PSD. Essas configurações eleitorais indicam não apenas polarizações locais, mas também a presença de articulações partidárias amplas que refletem alinhamentos estaduais e interesses diversos no interior da região.

Os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral indicaram, em Santa Maria da Vitória, 16329 votos (63,43% dos votos válidos) para o prefeito Tonho de Zé de Agdônio (União Brasil), vencedor do pleito, e 8215 (33,47% dos votos válidos) para Leo Visão (PSD). Em São Félix do Coribe foram 5953 votos (55,11% dos votos válidos) para o candidato eleito Toni Santos (PP) e 4849 (44,89% dos votos válidos) para Zenúbia (PSB).

Procedimentos metodológicos

Para o levantamento e análise dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo de caráter exploratório, adequada para mapear padrões temáticos e enquadramentos

discursivos em um *corpus* heterogêneo e relativamente reduzido. O *corpus* incluiu duas fontes complementares: (1) publicações feitas pelos candidatos em seus perfis pessoais no Instagram durante o período oficial de campanha, entre 16 de agosto e 5 de outubro de 2024; e (2) propostas formais apresentadas nos programas de governo, conforme documentos disponibilizados na página do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

No total, foram codificadas 37 postagens extraídas do Instagram e 516 enunciados (proposições, compromissos ou tópicos) retirados dos programas de governo dos respectivos candidatos. Optou-se por tratar cada postagem e cada enunciado dos programas como unidades básicas de análise, de modo a capturar tanto a comunicação mediada por imagens e legendas nas redes sociais quanto o conteúdo programático mais formal e articulado dos documentos eleitorais.

As unidades de análise foram classificadas segundo dois eixos: tema e identificação do candidato. Para o eixo temático, adotou-se uma lista ampla de categorias públicas tradicionais que abrangeu Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Gestão, Infraestrutura, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Segurança, Desenvolvimento Econômico e Assistência Social. A partir desse recorte geral, definiram-se subcategorias específicas para os domínios de interesse do estudo, que concentram a análise qualitativa deste trabalho. As categorias relacionadas à agricultura foram: Suporte Técnico à Produção e Agronegócio, Suporte à Agricultura Familiar e Regularização Fundiária. Para meio ambiente, as subcategorias foram: Saneamento Básico, Gestão das Águas e Preservação do Rio, Resíduos Sólidos, Parques e Reflorestamento, Preservação da Biodiversidade, Combate aos Incêndios e Mudanças Climáticas, Ecoturismo, Educação Ambiental e Fiscalização e Punição.

A definição e delimitação dessas categorias seguiram um procedimento dedutivo orientado pelo conteúdo observado no material empírico, conforme descrito por Maia *et al.* (2025): ou seja, as categorias emergiram a partir das ocorrências reais no *corpus*, refinadas para assegurar coerência e aplicabilidade. Ressalta-se que, nesta etapa da pesquisa, não foi aplicado um teste formal de confiabilidade — decisão justificada pelo caráter exploratório e interpretativo do estudo, cuja finalidade foi identificar marcadores temáticos e padrões.

Adicionalmente, a combinação das duas fontes foi pensada para captar dimensões complementares da ação política. Os programas de governo foram

analisados como indicadores dos compromissos públicos e das alianças políticas formais, conteúdos que frequentemente servem de base para articulações com grupos sociais e partidos coligados e para a formulação de propostas destinadas a militâncias orgânicas (Santa Inês *et al.*, 2019). Por sua vez, as publicações no Instagram foram observadas como espaços onde candidatos testam enquadramentos, apelam diretamente a eleitorados específicos e evidenciam temas percebidos como mobilizadores nas redes sociais — formatos mais imediatos, performativos e orientados ao engajamento.

Por fim, cabe apontar limitações inerentes ao desenho: a janela temporal restrita ao período oficial de campanha e o número reduzido de postagens codificadas limitam a generalização dos resultados e o caráter exploratório privilegia a descoberta de padrões e hipóteses para investigações posteriores, em vez de conclusões definitivas. Mesmo assim, a estratégia empregada permite identificar contrastes relevantes entre linguagem programática e comunicação digital e fornece base empírica para análises mais detalhadas sobre como agricultura e meio ambiente são tematizados em contextos eleitorais de fronteira agrícola.

Com base na bibliografia selecionada e para orientar a análise dos resultados, formulamos duas hipóteses de pesquisa. **H1: As características discursivas do agronegócio predominam no debate eleitoral em detrimento de proposições críticas ou alternativas.** Para tanto, foram observados, nas unidades de análise, marcadores discursivos próprios dos diferentes campos, conforme proposto por Bittencourt, Romanos e Castillo (2022), tais como agro, produtor, agricultura familiar e agroecologia.

A segunda hipótese explora a temática do meio ambiente. **H2: O meio ambiente é uma categoria temática de menor ocorrência na eleição municipal de 2024 em relação às demais categorias.** Além da ocorrência quantitativa a partir das categorias de análise, foram observados subtemas e abordagens da questão ambiental nas unidades textuais. Buscou-se verificar a pertinência da proposição de Viana e Vasconcelos (2025) de que o meio ambiente se constitui em uma (anti)pauta eleitoral em contextos municipais. Busca-se, assim, verificar a assimetria no debate público provocada pela concentração da atividade econômica em uma região de fronteira agrícola, refletindo-se em um domínio dos interesses do agronegócio no âmbito municipal e a sub-representação de perspectivas críticas ou que explicitem conflitos e problemas sociais latentes.

Resultados

A análise inicial dos dados revelou uma disparidade significativa entre os conteúdos produzidos pelos candidatos, tanto entre si quanto entre as duas modalidades investigadas (Instagram *versus* programas de governo). Nas seções seguintes, apresentamos os resultados agregados referentes à incidência temática e às referências explícitas à agricultura e ao meio ambiente, observadas como mais recorrentes nos programas de governo.

Para a análise dos programas de governo, as unidades de análise foram os proferimentos indicativos de propostas, respeitando as divisões e estruturas dos próprios documentos, com pequenos ajustes para garantir uma codificação comum. Os temas mais presentes foram infraestrutura (77 referências), assistência social (66), saúde (57), educação (55) e cultura (50). Em contraste, temas como agricultura (23), segurança (24) e desenvolvimento econômico (31) surgiram com menor frequência relativa.

O candidato Tonho (União Brasil), de Santa Maria da Vitória, privilegiou, sobretudo, saúde e educação, seguido por infraestrutura. Também apresentou presença notável de demandas por esporte e lazer, e por cultura; temas como agricultura e meio ambiente apareceram com pouca incidência em seu programa. Já seu adversário, Leo Visão (PSD), deu maior ênfase a desenvolvimento econômico e assistência social, com destaque secundário para turismo. Saúde, educação e cultura tiveram presença moderada; agricultura foi pouco enfatizada.

Em São Felix do Coribe, o candidato Toni (PP) concentrou maior atenção em pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico e à assistência social, com destaque também para o turismo. Educação e saúde tiveram visibilidade intermediária; agricultura foi um dos temas menos recorrentes em sua agenda. Sua adversária, Zenúbia (PSB), destacou principalmente infraestrutura e educação, com menção relevante a desenvolvimento econômico e saúde. Outros temas como assistência social, segurança e meio ambiente apareceram, mas em menor intensidade.

Em síntese, enquanto infraestrutura e assistência social emergem como prioridades recorrentes nos programas agregados, a agricultura e alguns temas ambientais aparecem com frequência relativamente baixa, indicando que, nos programas dos candidatos, esses assuntos não foram centrais em comparação com demandas por obras, serviços sociais e atenções setoriais como para a saúde e a educação.

No Instagram, houve um número menor de atos de fala relevantes (37). Foram codificados, exclusivamente, posts com apresentação de propostas. Eventos de campanha, informações pessoais sobre os candidatos, mensagens de apoio e outros conteúdos que não aludiam a proposições, não integraram o *corpus*. Na rede, houve uma referência significativamente maior a esporte e lazer em relação aos programas de governo (9 das 37 postagens), com propostas de construção de quadras e praças em localidades específicas.

Nas publicações do Instagram, os temas mais recorrentes foram esporte e lazer, saúde, infraestrutura e assistência social. Temas como agricultura, meio ambiente, cultura e desenvolvimento econômico foram pouco abordados. Tonho (União Brasil) privilegiou especialmente esporte e lazer, e também deu visibilidade a infraestrutura. Leo Visão (PSD) enfatizou sobretudo saúde e esporte e lazer, com menções relevantes à gestão e alguma presença de infraestrutura; agricultura e temas ambientais tiveram poucas menções. Toni (PP) concentrou-se em infraestrutura, turismo e cultura, com atenção moderada à saúde; agricultura e meio ambiente estiveram praticamente ausentes. Zenúbia (PSB) distribuiu suas postagens entre esporte e lazer, educação e turismo, dando também espaço para a agricultura.

198

As redes, assim, privilegiaram conteúdos de apelo imediato e mobilizador (esporte e lazer, saúde, infraestrutura), enquanto pautas ligadas ao agro e ao meio ambiente tiveram presença reduzida nas comunicações diretas com eleitores no Instagram.

Agricultura e a agenda ambiental

Foi recorrente nas comunicações e documentos a incorporação simultânea de referências ao agronegócio e à agricultura familiar, ainda que utilizando o léxico dominante do agro. Essa coexistência temática não seguiu linhas partidárias evidentes: a filiação política deixou de ser um marcador decisivo para diferenciar como o tema foi tratado. Por exemplo, a candidata Zenúbia (PSB), única representante de um partido de orientação mais à esquerda na amostra, veiculou em seu perfil do Instagram propostas e imagens que se alinhavam claramente ao modelo de agricultura mecanizada e à lógica produtivista do agronegócio (ver FIG. 1).

A análise dos programas de governo revela um padrão consistente: as propostas relativas ao setor agrícola concentram-se na intermediação, por parte da gestão municipal, de suporte técnico e assistência à produção. Ou seja, as medidas priorizadas propõem que a prefeitura atue como provedora ou facilitadora de serviços, assistência técnica e extensão rural, em vez de promover mudanças estruturais no projeto de desenvolvimento. Em conjunto, esses elementos indicam uma predominância do modelo de agricultura mecanizada e tecnologicamente intensivo, característico do agronegócio contemporâneo (conforme resumido na Tabela 3). Não foram identificadas, nos programas, referências programáticas à agroecologia, à transição para práticas sustentáveis de base familiar nem à agenda de movimentos sociais do campo, o que evidencia uma lacuna nas propostas em relação a alternativas produtivas de menor impacto ambiental ou mais socialmente inclusivas.

Figura 1 - Carrossel com proposta sobre Agricultura em Perfil no Instagram



Em termos de incidência temática, verificou-se maior ocorrência de propostas voltadas ao suporte ao produtor — assistência técnica, acesso a insumos, maquinário, crédito ou capacitação — refletindo uma ênfase em fortalecer a capacidade produtiva no formato vigente. Em número menor, porém ainda presente de modo recorrente, apareceram menções específicas à agricultura familiar, frequentemente referida por expressões como “pequeno produtor” ou

“comunidades rurais”, sinalizando alguma preocupação com as demandas desses segmentos, embora de forma secundária. A questão da regularização fundiária — que é fonte conhecida de conflitos e violência na região — foi praticamente negligenciada nos programas: apenas um candidato, Leo Visão (PSD), fez referência explícita a essa pauta.

Tabela 1 - Propostas sobre agricultura nos programas de governo

Leo Visão (PSD)	Tonho (União)	Toni (PP)	Zenúbia (PSB)
Criação da Embrapa municipal, com o objetivo de desenvolver pesquisas e aplicar técnicas que atenda as necessidades dos nossos produtores tendo em vista as nossas necessidades e nossas realidades. Com isso vamos poder ter um centro de referência de demonstração e de replicação de tecnologia voltada para o pequeno produtor.	Ofertar aos nossos agricultores tecnologias como: melhoramento genético com IATF – Inseminação artificial em tempo fixo, completa assistência técnica com análise de solo gratuita para todos os setores produtivos.	Viabilizar nas comunidades rurais, observando as perspectivas potencialidades de programas como: Inseminação Artificial, Frango caipira, Apicultura, Pecuária de corte e leite, Piscicultura e outros.	Adquirir, através de parceria com os governos Estadual e Federal, implementos agrícolas (trator, arado, dentre outros), para atender aos produtores rurais da agricultura familiar, associações de pequenos agricultores e do agronegócio.

A presença do meio ambiente como pauta nas comunicações digitais foi bastante reduzida. Três dos quatro candidatos não trouxeram referência direta ao tema em seus perfis no Instagram durante o período observado. A única menção direta ao meio ambiente nas postagens analisadas esteve associada a uma proposta de implantação de aterros sanitários e de coleta seletiva de resíduos. Houve, ainda, alusões indiretas ao tema ambiental como, por exemplo, na proposta de saneamento básico divulgada por Tonho (ver FIG. 2), que embora não nomeie especificamente agendas mais amplas, toca em aspectos de gestão das águas e saneamento, relevantes para uma agenda de sustentabilidade. De modo consistente com as postagens, o saneamento básico figurou entre os temas mais presentes também nos programas de governo, mostrando que, quando o meio ambiente é abordado, o recorte privilegiado tende a ser infraestrutural e de serviços públicos (saneamento e gestão de resíduos), no lugar de políticas ambientais integradas como preservação de bacias, recuperação de matas ciliares ou medidas de adaptação e mitigação climática.

Figura 2 - Proposta de saneamento básico no Instagram

Em síntese, tanto nas postagens no Instagram, quanto nos programas de governo, observou-se uma ênfase no fortalecimento da capacidade produtiva dentro do modelo predominante, com referências frequentes ao agronegócio e menções secundárias à agricultura familiar. Temas estruturais como a regularização fundiária foram pouco abordados. As comunicações digitais destacaram conteúdos de apelo imediato, como esporte, lazer, saúde e infraestrutura, enquanto a pauta ambiental esteve, em geral, ausente. Quando presente, priorizou-se ações infraestruturais como saneamento e gestão de resíduos. Apenas um candidato mencionou preocupações mais amplas sobre a conservação do Cerrado e mudanças climáticas. Os dados, portanto, confirmam as hipóteses de pesquisa.

A primeira hipótese (H1) sugere que as características discursivas do agronegócio predominam no debate eleitoral, em detrimento de proposições críticas. Os dados confirmam essa hipótese, mostrando que, independentemente do espectro ideológico dos candidatos, o discurso centralizou-se na promoção do agronegócio como motor econômico. Mesmo políticos de partidos tradicionalmente à esquerda incorporaram elementos do discurso produtivista, destacando suporte técnico e modernização agrícola, ignorando abordagens críticas como a agroecologia. Essa convergência discursiva reforça a ideia de que o agronegócio manteve seu papel hegemônico nas eleições municipais de 2024.

A segunda hipótese (H2) propõe que o meio ambiente foi uma categoria temática de menor ocorrência na eleição municipal de 2024. Os dados corroboram essa hipótese, mostrando que o tema ambiental recebeu atenção reduzida tanto nas postagens de Instagram quanto nos programas de governo. Quando mencionado, o foco esteve em aspectos infraestruturais, ao invés de em políticas ambientais integradas. A análise também destaca a ausência quase total de discussões sobre conservação da biodiversidade e mudanças climáticas, confirmando que o meio ambiente funcionou como uma (anti)pauta eleitoral, superada por questões de apelo mais imediato.

Os dados também revelam o peso limitado do alinhamento ideológico e partidário como marcador de divisão política. Independentemente das filiações partidárias, as campanhas convergiram em torno do discurso hegemônico do agronegócio. Este modelo econômico, visto como essencial para o desenvolvimento regional, dominou o debate público, enquanto questões ambientais foram marginalizadas. Mesmo candidatos de partidos mais alinhados à esquerda integraram o discurso produtivista, evidenciando como o poder econômico e as prioridades locais superaram as diferenças ideológicas, reforçando um consenso em torno do agronegócio, com pouca abertura para visões alternativas.

202

Considerações finais

Queimadas e eventos climáticos extremos pouco ou nada mobilizaram os candidatos no debate público sobre meio ambiente nos pleitos estudados. Em 2024 — ano marcado por níveis recordes de queimadas no país — as lideranças das maiores cidades da Bacia do Rio Corrente praticamente não trouxeram à tona temas como a destruição do Cerrado, a intensificação de incêndios florestais ou os impactos das mudanças climáticas sobre modos de vida e atividades econômicas locais. Em vez disso, as campanhas concentraram-se em pautas típicas de disputas municipais, com ênfase em infraestrutura, assistência social, saúde e educação, conteúdos de apelo eleitoral imediato que pouco se conectaram às problemáticas ambientais estruturais da região.

Essa convergência discursiva atravessou a clivagem partidária: independentemente de filiação, os candidatos tenderam a reproduzir um repertório alinhado ao projeto hegemônico do agronegócio no Brasil, centrado em parcerias

público-privadas, na promoção de uma agricultura mecanizada e no investimento em tecnologia como solução para desenvolvimento local. A principal variação observada não foi uma crítica a esse modelo, mas uma tentativa de acomodar, retoricamente, demandas relacionadas à agricultura familiar dentro do mesmo arcabouço produtivista — isto é, o apoio à pequena produção foi frequentemente formulado segundo lógicas de assistência e modernização que espelham o modelo do agronegócio, em vez de propor alternativas estruturais.

Conflitos agrários, responsáveis por episódios de violência e disputas por terra na região, tiveram presença marginal nas plataformas eleitorais; igualmente ausentes foram referências a movimentos sociais do campo, coletivos ambientais e propostas de transição para práticas como a agroecologia. A falta de menção a esses atores e agendas aponta para uma invisibilização das tensões fundiárias e das disputas por recursos naturais nas narrativas públicas das campanhas.

No que diz respeito ao tema ambiental, a pauta que emergiu com maior consistência foi a gestão das águas e a preservação do Rio Corrente — discurso que funcionou como o principal elemento mobilizador e de articulação programática entre os candidatos quando o meio ambiente era efetivamente abordado. Outras dimensões ambientais mais amplas, como a conservação da biodiversidade do Cerrado e o enfrentamento às mudanças climáticas e incêndios, foram praticamente ignoradas.

Por fim, por se tratar de uma investigação exploratória, os resultados apontam caminhos para estudos subsequentes: recomenda-se verificar se os padrões identificados aqui se replicam em campanhas de outros municípios da Bacia e em localidades situadas em frentes de expansão agropecuária, bem como aprofundar a investigação com amostras maiores, codificação e análise do impacto de eventos extremos sobre agendas políticas locais ao longo de janelas temporais ampliadas.

Referências

ALVES, G.; ALMEIDA, M.; BUCCI, M. Eleições 2020: O que os candidatos à prefeitura propuseram para o meio ambiente? **Research, Society and Development**, 2022.

CASSAVANA, Fernanda; MASSUCHIN, Michele. A pandemia sob lógicas das campanhas pré-eleitorais: as fanpages de candidatos à reeleição nas capitais brasileiras em 2020. In: **Eleições municipais em rede: o contexto**

digital em 2020 / Camilo Aggio, Fernanda Cavassana, Michele G. Massuchin (Organizadores) – Curitiba: Carvalho Comunicação; INCT.DD; CPOP, 2023.

MAIA, R.C.M., CHOUCAIR, T., HAUBER, G. and SANTA INÊS, L. **Deliberative Theory for Re-Focusing the Concept, Measurement, and Analysis of Substantive Reasons in Political Discussions**. *Constellations*. 2025. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12795>

MOTTA, Filipe; MENDONÇA, Ricardo. **Temporalidades em disputa: uma leitura deliberacionista de conflitos ambientais**. *OPINIÃO PÚBLICA*, VOL. 28, no 2. Campinas, 2022.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.** 35 (104). 2020. <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>.

POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.202839. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839..>

SANTA INÊS, L.; SILVEIRA, B.; NALON SANGULARD, F.; MATTAR, L. Como a ditadura, a violência e os direitos humanos apareceram na agenda eleitoral de 2018? **Lumina**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 119–134, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28726. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28726>.

204

SILVA, Maria Dolores Lima da; CABRAL, Eugênia Rosa. Produção de legislação ambiental em dois contextos institucionais. **O Social em Questão**, v. XXI, n. 40, p. 57-78, 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_40_art_3_silva_cabral.pdf.

TODT, Marcos Leite De Matos; MADEIRA, Rafael Machado. **Há espaço para propostas pós-desenvolvimentistas na esquerda partidária brasileira?**. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 30, p. e30116, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8678867>.

TURNBULL-DUGARTE, S. J. Selfies, Policies, or Votes? Political Party Use of Instagram in the 2015 and 2016 Spanish General Elections. **Social Media + Society**, 5(2). 2019. <https://doi.org/10.1177/2056305119826129>

VIANA, João; VASCONCELLOS, Patrícia. Política Local e Meio Ambiente na Amazônia: A agenda ambiental na relação Executivo-Legislativo em Porto Velho. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. 25. 63-83. 10.69696/somanlu.v25i1.18044. 2025.

WILLIS, Rebecca; CURATO, Nicole; SMITH, Graham. **Deliberative democracy and the climate crisis**. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 13(2), e759. <https://doi.org/10.1002/wcc.759>. 2022.